

Os NÚMEROS DA DÍVIDA 2012

Damien Millet, Daniel Munevar & Éric Toussaint
CADTM - Comité para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo



Comité para a Anulação da
Dívida do Terceiro Mundo

Os NÚMEROS DA DÍVIDA 2012

Damien Millet, Daniel Munevar & Éric Toussaint
CADTM - Comité para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo

[Abreviaturas: M = milhões, PED = países em desenvolvimento,
USD = dólares dos EUA, M \$ = milhões de USD]

ÍNDICE

Introdução _ p.3

1. As desigualdades mundiais _ p.4

2. A dívida odiosa em todo o Mundo _ p.7

3. A dívida externa pública e privada dos países em desenvolvimento desde 1980 _ p.8

4. Os fluxos de capital ligados à dívida _ p.9

5. A dívida interna dos PED _ p.12

6. Números da dívida nos PED da África e do Médio Oriente _ p.12

7. A Iniciativa PPME (países pobres muito endividados) _ p.14

8. Números da dívida na América Latina e Caraíbas _ p.16

9. Números da dívida na Europa _ p.18

10. A dívida explode no Norte e aumenta no Sul _ p.25

11. Os números do FMI _ p.28

12. O Banco Mundial _ p.30

INTRODUÇÃO

A fim de esclarecer a multiplicidade de crises em curso, Damien Millet, Eric Toussaint e Daniel Munevar (CADTM) disponibilizam um conjunto de dados relativos à dívida e a temas com ela relacionados.

Crise económica, crise financeira, crise alimentar e crise da dívida são abordadas ao longo deste livro, através de quadros e gráficos que desvendam os elementos do puzzle.

Da crise da dívida nos países do Sul em 1982 à crise actual na Europa, passando pelas dívidas odiosas em todo o mundo e pelos números do FMI e do Banco Mundial, a análise das estatísticas permite identificar o que está verdadeiramente em causa.

Os autores lançam um olhar crítico sobre a economia mundial e os mecanismos de dominação, pondo a nu as realidades numéricas desse mundo à beira da queda.


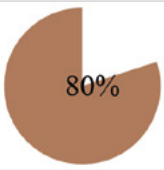



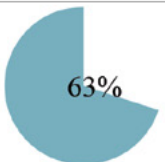

As desigualdades são gritantes e crescentes a todos os níveis. Os números da dívida 2012 falam por si mesmos e demonstram a que ponto é necessário e urgente mudar radicalmente de sistema.

À luz destes dados será possível desenhar um horizonte de resistência colectiva na qual os excluídos, onde quer que vivam, tomarão consciência de que o seu sofrimento tem causas, mecanismos e agentes comuns, e se identificarão como uma totalidade solidária: os 99%.

1. As desigualdades mundiais

1.1 População e riqueza

Quadro 1 – População e riqueza (2011)¹

	Terceiro Mundo	Países avançados	Mundo
 População	 80%	 20%	6 970 M habitantes
 PIB	 37%	 63%	69 971 000 M USD
 PIB por habitante (USD)	1 208	41 144	10 033

1.2 Desigualdades mundiais e mau desenvolvimento humano²

4

Quadro 2 – Quota dos 10% mais ricos nos rendimentos (2011)³
(em percentagem do PIB)

	1980	2009
Canadá	33,5	40,1
França	30,6	32,8
Irlanda	31,5	36,9
Itália	27,1	33,8
Portugal	18,7	38,2
Espanha	32,6	32,3
Reino Unido	31	40,4
EUA	32,8	46,2

Em 2008, o rendimento das 500 pessoas mais ricas do planeta ultrapassava o rendimento conjunto dos 416 milhões de pessoas mais pobres.

Número de pessoas que viviam com menos de 2\$ por dia em 2008: 2470 milhões.

Número de pessoas que viviam com menos de 1,25\$ por dia em 2008: 1290 milhões.

Nas regiões onde os adolescentes são mais numerosos (Ásia Meridional e África Subsariana), cerca de 70% da população vive com menos de 2\$ por dia.

1 : Fonte: Banco de dados do Banco Mundial para 2011. Os países avançados são os países membros da OCDE com altos rendimentos segundo a definição do Banco Mundial. O PIB/hab. Para os países em desenvolvimento é calculado com base na média ponderada da população dos países de baixos e médios rendimentos segundo a definição do Banco Mundial.

2 : Fonte: "An update to the World Bank's estimates of consumption poverty in the developing world", World Bank (2012), disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INT-POV-CALNET/Resources/Global_Poverty_Update_2012_02-29-12.pdf

3 : Fonte: "The World Top Incomes Database", <http://gmond.parisschoolofeconomics.eu/topincomes/#> Database – Dados do Canadá, 1982-2009. Dados da França, 1980-2006. Dados de Portugal, 1980-2005. Dados da Espanha, 1981-2009. Dados do Reino Unido, 1981, 2009.


A crise financeira mundial foi precipitada pela bolha dos preços imobiliários e pela bancarrota de bancos nos EUA em 2007-2008, que se propagaram rapidamente a uma grande parte do Mundo. Nenhuma outra crise financeira atingiu semelhante dimensão desde a Grande Depressão dos anos 1930, pelo menos nos países desenvolvidos. Em 2008-2009, o desemprego e a pobreza sofreram um aumento brutal: em todo o Mundo 34 milhões de pessoas ficaram sem emprego e 64 milhões caíram abaixo do limiar de pobreza de 1,25\$ por dia. Estes valores vêm somar-se aos 160 a 200 milhões de pessoas que tinham sido lançadas para a pobreza pela subida precedente dos preços dos géneros alimentares de primeira necessidade (PNUD 2010).

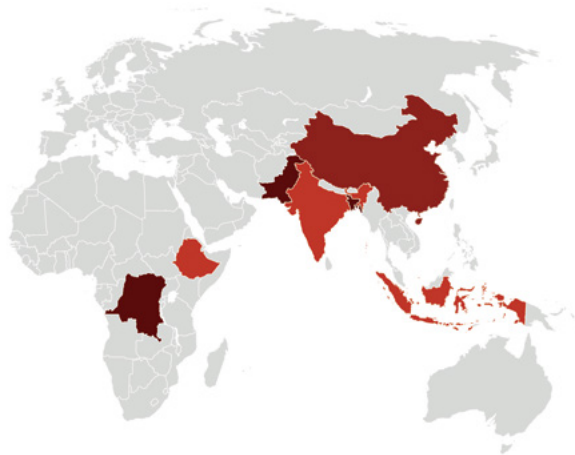
Entre 2009 e 2010, a situação deteriorou-se ainda mais, especialmente em África, mas também nos países mais industrializados. Além disso, os efeitos das mudanças climáticas fazem-se sentir nas regiões mais sensíveis.

Quadro 3 – Pobreza mundial⁴

Número de pessoas que vivem com menos de 1\$ por dia (em milhões)	1981	1990	2008
Na África Subsariana	214	299	303
Na América Latina e Caraíbas	42	43	28
Na Ásia Meridional	548	579	315

Quadro 4 – Fome no Mundo⁵

<i>Em milhões</i>	2005	2007	2009	2010	2011
 Número de pessoas que passam fome	848	923	1023	925	868



A proporção de pessoas que passam fome continua a ser maior na África Subsariana (30%) e, em 2010, dois terços das pessoas subalimentadas concentravam-se em apenas sete países: **Bangladeche, China, República Democrática do Congo, Etiópia, Índia, Indonésia e Paquistão.**

Em média, 7 em cada 10 são mulheres adultas ou jovens.

Várias são as razões que mantêm estes valores elevados⁶:

- a monopolização de terras aráveis, em particular em África, para desenvolvimento dos biocombustíveis, cultivo de produtos tropicais e flores para exportação, o que diminui a superfície disponível para a agricultura de subsistência. Dos 665 investimentos internacionais ligados a um produto específico, 55% dizem respeito à produção de biocombustíveis, 19% à produção de madeira, de fibras e de flores. As comunidades locais que, por direito consuetudinário, cultivavam anteriormente estas terras encontram-se agora impossibilitadas de lhes aceder ;
- a degradação das terras leva à diminuição das colheitas e ao aumento dos custos de produção; os camponeses são agora obrigados a recorrer a adubos químicos para compensar a quebra das colheitas ;
- as mudanças climáticas – o aumento das temperaturas acarreta uma redução das colheitas; o aumento das inundações produz resultados igualmente negativos.

4 : Ibid. 2

5 : Em virtude de um diferendo metodológico, a FAO não actualizou os números sobre a fome em 2011. Os dados mais actuais disponíveis podem ser consultados em <http://www.fao.org/hunger/en/>

6 : Global Hunger Index 2012 : <http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/ghi12.pdf>



Montante necessário para assegurar os serviços sociais essenciais à totalidade da população (educação primária, saúde, água, saneamento) :

80 000 milhões de dólares por ano durante 10 anos⁷

6

Em 2010, o património dos mais ricos ultrapassou o nível anterior à crise :

Número de multimilionários em 2001 : 497	Património acumulado : 1 500 biliões \$
Número de multimilionários em 2007 : 1 125	Património acumulado : 4 400 biliões \$
Número de multimilionários em 2008 : 793	Património acumulado : 2 400 biliões \$
Número de multimilionários em 2009 : 1 011	Património acumulado : 3 500 biliões \$
Número de multimilionários em 2010 : 1 210	Património acumulado : 4 500 biliões \$

**A SOMA DO PATRIMÓNIO DOS 1210 MULTIMILIONÁRIOS
ULTRAPASSA O PIB DA ALEMANHA.**

Com base nestes números, bastaria aplicar um imposto anual de 2% sobre o património dos 1011 multimilionários existentes em 2009 para obter mais de 80 000 milhões de dólares, que permitiriam prover às necessidades básicas do planeta durante 10 anos. Não se trata de uma proposta restritiva – apenas de demonstrar que isto é perfeitamente realizável.

Número de milionários em 2010: 10,9 milhões (+8,3% num ano)

Património acumulado destes milionários: 42,7 biliões \$ (+9,7% num ano)

Uma taxa de 0,2% sobre este património bastaria para obter os 80 000 M \$ necessários.

7 : Banco Mundial, OMS, PNUD, Unesco, UNFPA, Unicef, Implementing the 20/20 Initiative. Achieving universal access to basic social services, 1998, www.unicef.org/2020/2020.pdf. Os organismos mencionados mais acima estimam em 80 000 milhões de dólares por ano (dólar de 1995) o montante suplementar que seria necessário aplicar anualmente nas despesas relativas aos serviços sociais de base, sabendo que cerca de 136 000 milhões de dólares já são dedicados actualmente. O montante total anual a garantir oscila entre 206 000 milhões e 216 000 milhões de dólares. Outros pormenores deste cálculo: ver o documento citado mais acima, p. 20.

2. A dívida odiosa em todo o mundo

Quadro 5 – Dívida odiosa no Mundo⁸

Países	Dívida externa pública em 2010 (M \$)	Regime ditatorial	Período da ditadura	Dívida odiosa (ditadura)
Indonésia	91	Suharto	1965-1998	77
Brasil	97	Junta militar	1965-1985	77
Argentina	67	Junta militar	1976-1983	27
Turquia	93	Regime militar	1980-1989	23
Paquistão	43	Militares	1978-1988	7
		Pervez Musharraf	1999-2008	16
Filipinas	45	Marcos	1965-1986	21
Marrocos	21	Hassan II	1961-1999	19
Egipto	32	Moubarak	1981-2011	16
Tailândia	11	Militares	1966-1988	14
Zaire/RDC	5	Mobutu	1965-1997	10
Chile	13	Pinochet	1973-1990	9
Tunisia	15	Ben Ali	1987-2011	9
Etiópia	1,5	Mengistu	1977-1991	9
Peru	20	Fujimori	1990-2000	7
Sudão	14	Nimeiry	1969-1985	7
Quénia	7	arap Moi	1978-2003	5
Congo	4	Sassou	Depuis 1979	4
Bolívia	3	Junta militar	1964-1982	3
Uruguai	10	Junta militar	1973-1985	2,7
Mali	2	Traoré	1968-1991	2,5
Nigéria	5	Buhari/Abacha	1984-1998	2,3
Guatemala	6	Regime militar	1954-1985	2,3
Paraguai	2	Stroessner	1954-1989	2,1
Somália	2	Siad Barre	1969-1991	2,1
Malawi	0,7	Banda	1966-1994	2
Gabão	2,2	Omar Bongo	1967-2009	2
Myanmar (Birmânia)	4,4	Regime militar	Depuis 1988	1,7
Guiné	2,8	Lansana Conté	1984-2008	1,7
Togo	1,5	Eyadema	Depuis 1967	1,6
Cambodja	4,4	Khmers Rouges	1976-1989	1,6
Chade	1,7	Déby	Depuis 1990	1,3
Libéria	0,2	Doe	1980-1990	0,9
Ruanda	0,8	Habyarimana	1973-1994	0,9
Nicarágua	2,7	Anastasio Somoza	1974-1979	0,8
Haiti	0,5	Duvalier	1957-1986	0,7
Salvador	6,4	Junta militar	1962-1980	0,5
Nepal	3,5	Gyanendra	2001-2006	0,5
Uganda	2,7	Idi Amin Dada	1971-1979	0,4
Camarões	2,2	Paul Biya	Depuis 1982	0,2
Niger	1	Baré	1996-1999	0,2
África Central	0,3	Bokassa	1966-1979	0,1

[A dívida odiosa calculada é aquela contraída durante a ditadura, sem contar com a parte contraída após a ditadura para reembolsar uma dívida odiosa da ditadura. O Banco Mundial não fornece dados sobre a dívida do Irão e do Iraque, nem sobre a África do Sul sob o apartheid.]

Uma dívida odiosa corresponde aos seguintes critérios:

- ausência de consentimento da população do Estado devedor
- ausência de benefício para a população
- conhecimento dos credores dos elementos acima referidos.

Estes critérios verificam-se muito claramente no caso da Grécia desde que a Troika (FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia) impuseram à população desse país violações dos direitos económicos e sociais elementares. A população grega não deu o seu acordo, os empréstimos concedidos pela Troika em nada beneficiam a população, muito pelo contrário. Os credores da Grécia estão perfeitamente a par desta situação, em particular os membros da Troika, uma vez que são eles que ditam às autoridades gregas as políticas levadas a cabo desde 2010.

Estimativa da dívida odiosa da Grécia em 2012:

150 000 M € devidos à Troika, enquanto a dívida pública grega total atinge cerca de 340 000 M €.

A dívida odiosa devida à Troika vai aumentar nos próximos anos.

3. A dívida externa pública e privada dos países em desenvolvimento desde 1980

O serviço da dívida designa a parcela de capital e juros reembolsados durante um período.

Quadro 6 – Dívida externa dos países em desenvolvimento⁹

	Stock (biliões \$)	Serviço (biliões \$)	Do qual :	
			Parte pública	Parte privada
1980	516	80	50	30
1990	870	140	119	21
1995	1 860	206	154	52
2000	2 122	345	201	144
2005	2 489	438	253	185
2010	4 076	583	180	403

8

A repartição actual da dívida dos PED:

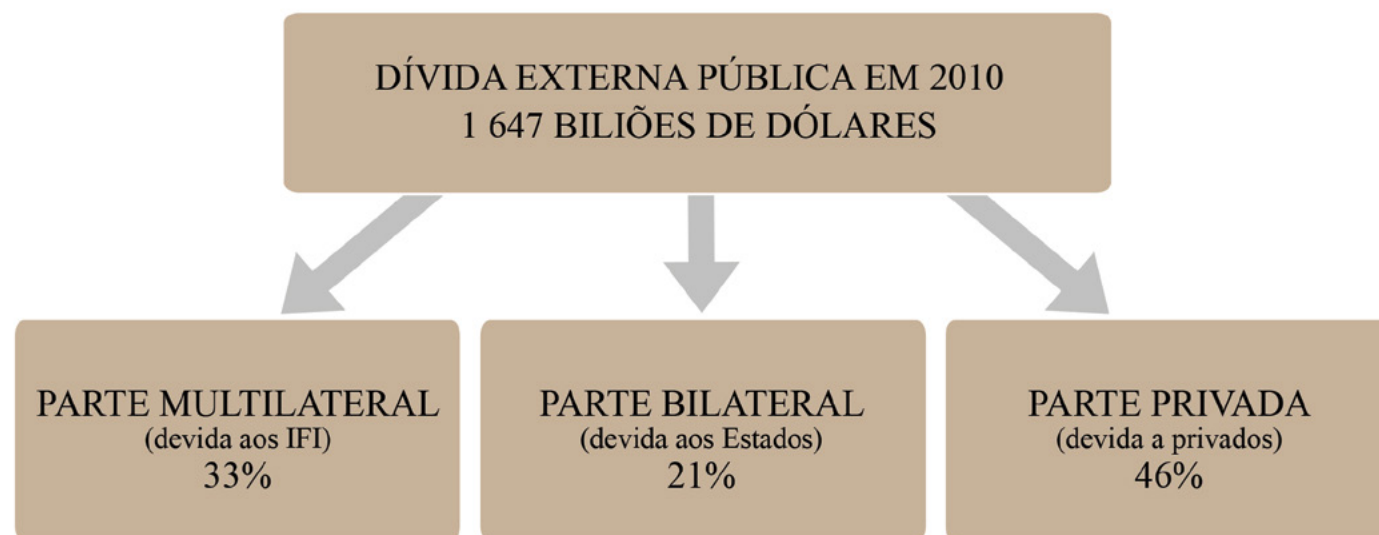
3.1 Por devedores¹⁰



⁹ : Fonte: base de dados do BM. Dados relativos aos países com rendimentos baixos e médios segundo a classificação do BM.

¹⁰ : Fonte: base de dados do BM. Dados relativos à dívida externa privada que inclui a dívida externa a curto prazo.

3.2 Os credores da dívida externa pública¹¹



[IFI = Instituições Financeiras Internacionais]

3.3 Dívida externa pública por região

Quadro 7 – Dívida externa por região 2010¹²

<i>Em bilhões \$</i>	Stock	Serviço
América Latina e Caraíbas	460	64
África Subsariana	149	9
Médio Oriente e Norte de África	114	14
Ásia Meridional	205	12
Ásia Oriental	307	37
PECOT e Ásia Central	412	48
Total	1 647	184

9

4. Os fluxos de capital ligados à dívida

4.1 Balanço dos reembolsos da dívida pública externa desde 1985

Transferências líquidas da dívida (diferença entre os empréstimos recebidos e os reembolsos totais)

A transferência líquida da dívida mede a diferença entre os montantes recebidos em novos empréstimos e o total dos reembolsos (capital mais juros) durante o mesmo período. É positiva quando o país em causa recebe mais do que reembolsa. É negativa quando as quantias reembolsadas são superiores às quantias que entram no país. Globalmente, desde 1985, através do reembolso da dívida pública externa, as transferências das populações do Sul para os seus credores atingem valores colossais.

11 : Fonte: Base de dados do Banco Mundial. Dados relativos à dívida externa pública dos países com rendimentos baixos ou médios segundo a classificação do Banco Mundial.
12 : Fonte: Base de dados do Banco Mundial.

4.2 Vários Planos Marshall enviados do Sul para o Norte

Quadro 8 – Transferências por via da dívida pública externa e Plano Marshall

Plano Marshall para a Europa depois da Segunda Guerra Mundial ¹³	100 000 M\$
Transferência líquida por via da dívida externa pública no período de 1985-2010 ¹⁴	- 530 000 M\$
Número de “Planos Marshall” transferidos para os países ricos entre 1985 e 2010	5,3

4.3 Comparação entre vários montantes que entraram ou saíram dos PED em 2010 (em milhões de dólares)

Quadro 9 – Comparação dos fluxos de entrada e saída 2010¹⁵

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD)	+ 130 000 M\$
Remessas de emigrantes	+325 000 M\$
Serviço da dívida externa pública	-180 000 M\$
Repatriamento dos lucros das multinacionais	-647 000 M\$

AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO¹⁶

Grande parte da APD (ajuda pública ao desenvolvimento) não chega às populações dos países envolvidos por diversas razões: a redução da dívida é contabilizada como APD, embora não corresponda a nenhum investimento de dinheiro; as despesas de “acolhimento” dos refugiados do Sul nos países do Norte, incluindo a prisão em centros de detenção, também são consideradas APD por certos países, em pé de igualdade com as despesas de ensino; a maior parte dos medicamentos, alimentos, equipamentos enviados para o Sul é comprada no Norte e transportada por firmas do Norte.

13 : 1 dólar de 1948 = 7,73 dólares de 2003; Plano Marshall em 1948 = 13 000 M \$; em 2003, esta quantia corresponde a 100 000 M \$.

14 : Fonte: Base de dados do Banco Mundial. Dados referentes à dívida externa pública nos países de rendimentos baixos e médios segundo a classificação do Banco Mundial.

15 : Fonte: base de dados do Banco Mundial. O montante de ajuda ao desenvolvimento inclui as transferências da ajuda oficial. O número respeitante ao repatriamento dos lucros das multinacionais foi extraído da rubrica “Pagamentos a Título de Rendimentos da Balança de Contas Correntes”.

16 : Para mais informação consultar o livro 65 Questions / Réponses sur la dette, le FMI et la banque mondiale, Q35: “L'aide publique au développement permet-elle de contrer les ravages de la dette?”, <http://cadtm.org/65-questions-65-reponses-sur-la,8331>

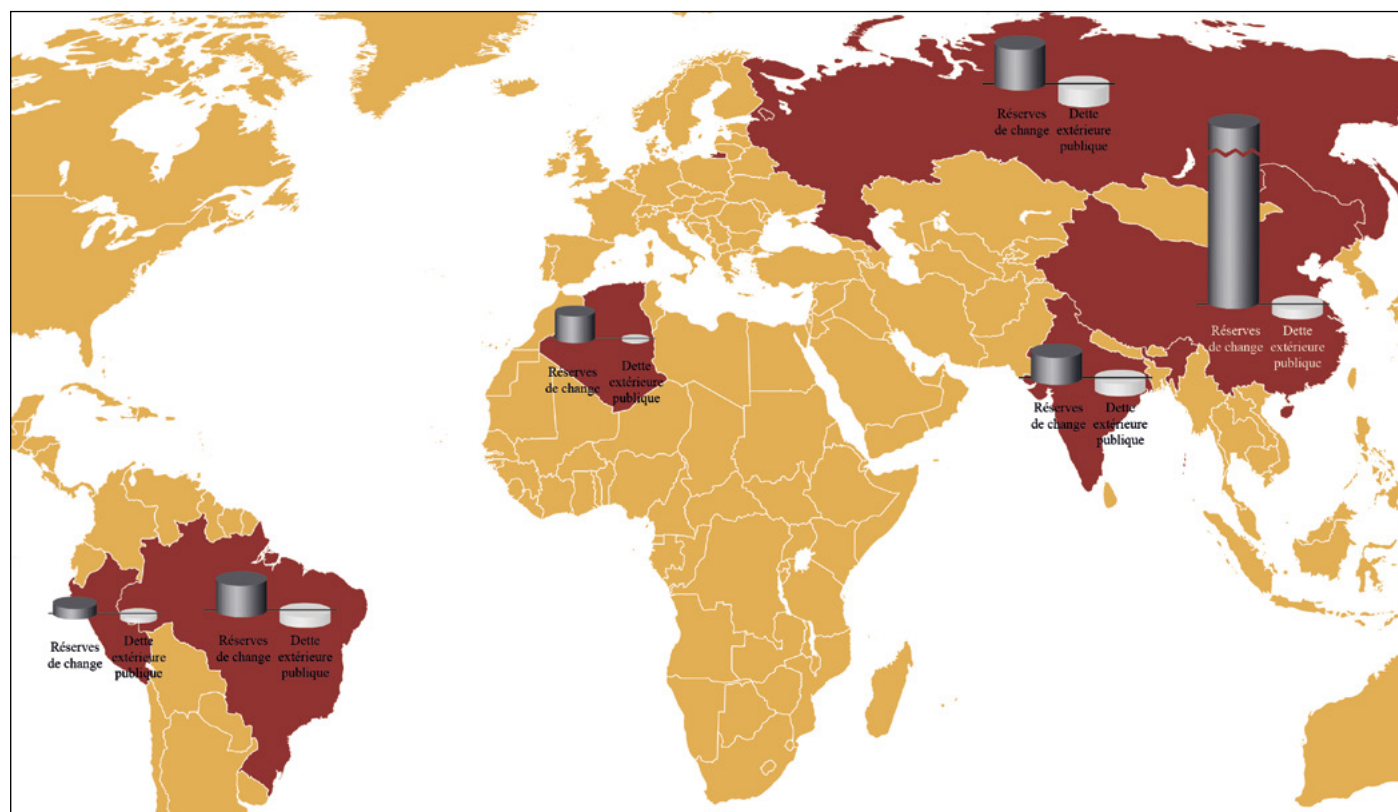
4.4 Os PED são credores líquidos dos países desenvolvidos

Montante global das reservas internacionais¹⁷ dos PED em 2011 : → 6 309 000 M \$

Dívida externa pública dos PED em 2012 : → 1 582 000 M \$

Quadro 10 – Comparação entre as reservas internacionais e a dívida pública externa (em M \$)¹⁸

Países	Reservas internacionais (Dezembro 2011)	Dívida externa pública (Dezembro 2010)
China	3 254 000	90 100
Rússia	497 000	162 900
Índia	299 000	106 200
Brasil	352 000	96 500
Algéria	191 000	2 500
Peru	49 000	20 000



17 : Haveres em divisa estrangeira detidos pelo banco central.

18 : Fonte: base de dados do Banco Mundial.

5. A dívida interna dos PED

Dívida interna pública dos PED em 1997 :	→	1 300 000 M \$
Dívida interna pública dos PED em 2005 :	→	3 500 000 M \$
Serviço da dívida interna pública dos PED em 2008 :	→	600 000 M \$

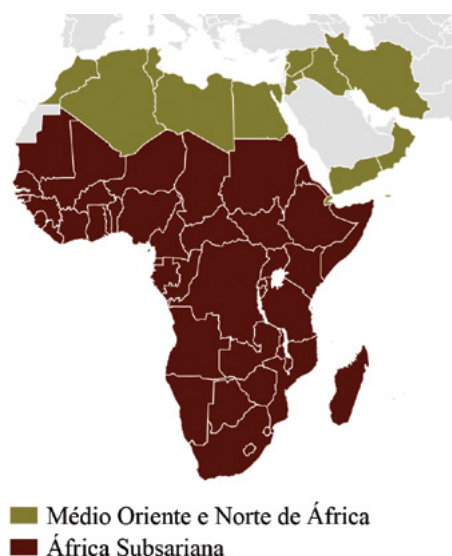
Na maior parte dos PED, com excepção dos mais pobres, a dívida pública interna tornou-se mais elevada que a dívida pública externa.

6. Números da dívida nos PED da África e do Médio Oriente

6.1 Reembolso da dívida

Quadro 11 – Reembolso da dívida: África e Médio Oriente¹⁹

<i>Em biliões \$</i>	Dívida externa	Da qual: dívida externa pública
Médio Oriente e Norte de África		
<i>Stock</i> da dívida em 1970	5	4
<i>Stock</i> da dívida em 2010	144	114
Reembolsos entre 1970 e 2009	536	481
África Subsariana		
<i>Stock</i> da dívida em 1970	7	6
<i>Stock</i> da dívida em 2010	205	149
Reembolsos entre 1970 e 2009	391	313



19 : Fonte: base de dados do Banco Mundial. Os países do CADTM África e Médio Oriente incluem o Benim, Burquina Faso, a Costa do Marfim, a Guiné-Conacri, o Mali, a Mauritânia, o Níger, o Senegal, o Togo, a República Democrática do Congo, o Congo Brazzaville, Angola, Marrocos, Tunísia, Síria e Líbano.

6.2 Transferências líquidas por via da dívida

Quadro 12 – Transferências líquidas via dívida pública externa: África e Médio Oriente²⁰

Transferência líquida via dívida pública externa 1985 – 2010	Em bilhões \$
Médio Oriente e Norte de África	-110
África Subsariana	18
Total 1985-2010	-92

6.3 Comparação entre vários montantes de entrada e saída

Quadro 13 – Comparação entre vários montantes de entrada e saída, em 2010, M \$²¹

Médio Oriente e Norte de África	
Ajuda pública ao desenvolvimento (APD)	12 200
Remessas de emigrantes	34 600
Serviço da dívida pública externa	-14 400
Repatriamento dos lucros das multinacionais	-25 000
África Subsariana	
Ajuda pública ao desenvolvimento (APD)	44 500
Remessas de emigrantes	21 100
Serviço da dívida pública externa	-8 600
Repatriamento dos lucros das multinacionais	-43 100

13

6.4 Dependência das exportações de matérias-primas

Quadro 14 – Percentagem das matérias-primas no volume de exportações em 2010²²

	Alimentos	Produtos agrícolas não comestíveis	Metais	Petróleo	Total
Médio Oriente e Norte de África	7,8	0,6	3,3	61,0	72,7
África Subsariana	14,9	3,4	17,0	33,3	68,6

20 : Fonte: base de dados do Banco Mundial.

21 : Fonte: base de dados do Banco Mundial. O montante de ajuda ao desenvolvimento integra as transferências da ajuda oficial. O montante de repatriamento de lucros das multinacionais consta na rubrica de Pagamentos sob o título de Rendimentos da Balança de Contas Correntes.

22 : Fonte: base de dados do Banco Mundial. A estrutura das exportações dos países com uma ou mais organizações membros do CADTM foi calculada com base na média da participação de cada categoria de exportação de cada um dos países.

7. Iniciativa PPME (países pobres muito endividados)

O que é a iniciativa dos países pobres muito endividados (PPME)?

Esta iniciativa para a anulação de uma parte da dívida reúne um punhado de países muito pobres e endividados e foi lançada em 1996 pelo Banco Mundial e pelo FMI, no âmbito de um mandato atribuído pelas grandes potências reunidas no G7 (EUA, Reino Unido, Alemanha, França, Canadá, Itália, Japão). Embora devesse ser concluída ao fim de seis anos, ainda não tinha terminado em 2012 – o que representa mais de 10 anos de atraso. Esta iniciativa é globalmente um fiasco! A iniciativa PPME tem como único objectivo fazer com que os PED envolvidos reembolsem a sua dívida sem percalços, sem incumprimentos, e no máximo das suas capacidades financeiras. De facto, os credores procuram receber os reembolsos sem qualquer interrupção súbita por parte deste ou daquele país. Nesse sentido, o limiar definido pela iniciativa PPME corresponde à esti-

mativa do limiar acima do qual o PPME deixaria de conseguir reembolsar regularmente. Corresponde, por conseguinte, à dívida máxima que um país poderia suportar sem exigir uma reestruturação [da dívida]. Assim sendo, a iniciativa PPME limita-se a manter a dívida abaixo do montante máximo – e o que se verifica, é que, de maneira geral, nem isso conseguiu fazer! Em consequência, a iniciativa PPME teve de anular os créditos impagáveis que implicassem o perigo de suspensão dos reembolsos por parte do país. Mais grave ainda, todo o alívio da dívida está condicionado pela aplicação duma panóplia de medidas neoliberais que degradam as condições de vida de grande parte da população, violam os direitos ao desenvolvimento humano e fragilizam as economias dos países envolvidos, expondo esses países à concorrência internacional, que os produtores locais não têm condições para enfrentar.

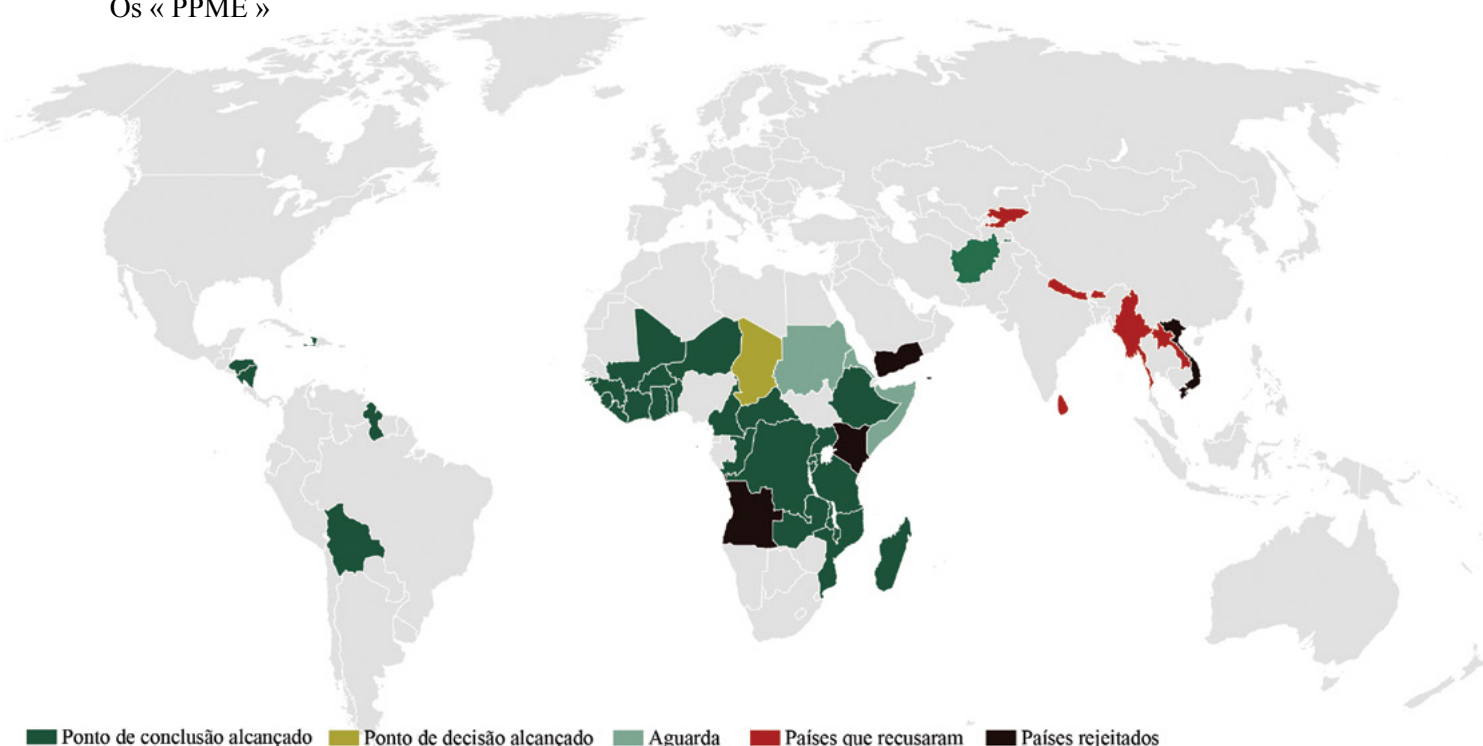
7.1 Um pequeno número de países envolvidos

Quadro 15

Iniciativa PPME	
Número de PPME	49
Percentagem da população dos PPME em relação aos PED	11 %
PPME cuja dívida é considerada sustentável	4
PPME que recusaram integrar a iniciativa	6
PPME susceptíveis de serem candidatos	39
PPME que atingiram o ponto de decisão* em Setembro 2012	36
PPME que atingiram o ponto de execução* em Setembro 2012	34

* O “ponto de decisão” designa a data em que o pedido é aprovado. O “ponto de execução” designa a data em que os montantes são transferidos.

Os « PPME »



■ Ponto de conclusão alcançado ■ Ponto de decisão alcançado ■ Aguarda ■ Países que recusaram ■ Países rejeitados

7.2 Uma iniciativa muito atrasada (originalmente devia ter sido concluída em 2004)

A seguir alguns extractos da Resolução do Conselho dos Direitos Humanos da ONU1 relativamente à iniciativa PPME e às políticas de ajustamento correspondentes :

« A iniciativa PPME não visa oferecer uma solução global para o problema do fardo da dívida a longo prazo. »

« Os programas de reforma em matéria de ajustamento estrutural e as condições fixadas relativamente às políticas a implementar limitam as despesas públicas, impõem limites a essas despesas, e não dedicam suficiente atenção à prestação dos serviços sociais. »

« Até à data, poucos progressos foram alcançados com vista a remediar a iniquidade do sistema actual de regulação da dívida, que continua a dar prioridade aos interesses dos credores, mais do que aos interesses dos países endividados e dos países endividados mais pobres. »

« O exercício dos direitos fundamentais da população dos países devedores no que respeita a alimentação, habitação, vestuário, emprego, educação, serviços de saúde e ambiente salubre não podem ser subordinados à aplicação de políticas de ajustamento estrutural, de programas de crescimento e de reformas económicas ligadas à dívida. »

Quadro 16 (Em itálico, os países não inscritos inicialmente mas acrescentados à lista em 2006)

Ponto de conclusão alcançado		Ponto de decisão alcançado	
Uganda	Maio 2000	Chade	Maio 2010
Bolivia	Jun. 2001	Comores	Jun. 2010
Moçambique	Set. 2001		
Tanzânia	Nov. 2001		
Burquina Faso	Abr. 2002		
Mauritânia	Jun.2002		Aguarda
Mali	Mar. 2003		Eritreia
Benim	Mar. 2003		Somália
Guiana	Dez. 2003		Sudão
Nicarágua	Jan. 2004		
Niger	Abr. 2004		
Senegal	Abr. 2004		
Etiópia	Abr. 2004		Países que recusaram
Gana	Jul. 2004		Laos
Madagáscar	Ocut. 2004		Myanmar
Honduras	Abr. 2005		<i>Sri Lanka</i>
Zâmbia	Abr. 2005		<i>Butão</i>
Ruanda	Abr. 2005		<i>Nepal</i>
Camarões	Abr. 2006		<i>Rep. Quirghiz</i>
Malawi	Set. 2006		
Serra Leoa	Dez. 2006		Países rejeitados
São Tomé e Príncipe	Mar. 2007		Angola
Gâmbia	Dez. 2007		Quénia
Burundi	Jan. 2009		Vietname
<i>Haiti</i>	Jun. 2009		Iémen
África Central	Jun. 2009		
<i>Afeganistão</i>	Jan. 2010		
Congo	Jan. 2010		
Libéria	Jun. 2010		
RD Congo	Jul. 2010		
Guiné-Bissau	Dez. 2010		
Togo	Dez. 2010		
Costa do Marfim	Jun. 2012		
Guiné	Set. 2010		

23 : Conselho dos Direitos do Homem da ONU. Os efeitos da dívida externa e das obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados no pleno exercício de todos os direitos do Homem, em especial dos direitos económicos, sociais e culturais (adoptada a 5 de julho de 2012). Texto integral: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/G12/162/02/PDF/G1216202.pdf?OpenElement>

7.3 O serviço da dívida nos 36 países envolvidos praticamente não diminui

Quadro 17

	Serviço da dívida dos 36 PPME elegíveis (em M \$)
2001	3 270
2002	3 330
2003	3 930
2004	4 140
2005	4 170
2006	3 760
2007	3 130
2008	3 410
2009	2 910

7.4 O falso alívio da dívida nalguns países pobres

Rácio entre o valor líquido da dívida e as exportações, sendo o objectivo da iniciativa PPME fazê-lo descer abaixo dos 150 %.

Quadro 18

País	Ano do ponto de execução	Rácio previsto no ponto de decisão	Rácio verificado no ponto de execução
Burquina Faso	2002	185,5 %	207,5 %
Etiópia	2004	173,5 %	218,4 %
Niger	2004	184,8 %	208,7 %
Ruanda	2005	193,2 %	326,5 %
Malawi	2006	169,0 %	229,1 %
São Tomé e Príncipe	2007	139,7 %	298,7 %

16

8. Números da dívida da América Latina e Caraíbas

8.1 Reembolso da dívida

Quadro 19 – Reembolso da dívida da América Latina e Caraíbas²⁴

<i>Em M \$</i>	Dívida externa	Da qual: dívida externa pública
<i>Stock</i> da dívida em 1970	32 000	16 000
<i>Stock</i> a dívida em 2010	1 039 000	460 000
Reembolsos entre 1970 e 2009	3 180 000	1 869 000

24 : Fonte: base de dados do Banco Mundial. A classificação das regiões corresponde à metodologia do Banco Mundial. Os países do CADTM América Latina são: Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Uruguai, Venezuela e Haiti.

8.2 Transferências por via da dívida



Quadro 20 – Transferência líquida via dívida pública externa da América Latina e Caraíbas em M \$²⁵

Transferência líquida via dívida externa pública 1985-2010	
América Latina e Caraíbas	-384 000

8.3 Comparação de diversos montantes de entrada e saída

Quadro 21 – Comparação entre diversos montantes de entrada e saída em 2010, em M \$²⁶

América Latina e Caraíbas	
Ajuda pública ao desenvolvimento (APD)	11 000
Remessas de emigrantes	57 000
Serviço da dívida externa pública	-63 000
Repatriamento dos lucros das multinacionais	-148 000

8.4 Dependência das exportações de matérias-primas

Quadro 22 – Percentagem das matérias-primas no total das exportações em 2010²⁷

	Alimentos	Produtos agrícolas não comestíveis	Metais	Petróleo	Total
América Latina e Caraíbas	16,3	1,4	12,7	14,4	44,8

8.5 Reembolso da dívida e orçamento de Estado

Quadro 23 – Reembolso da dívida e orçamento do Estado 2012²⁸

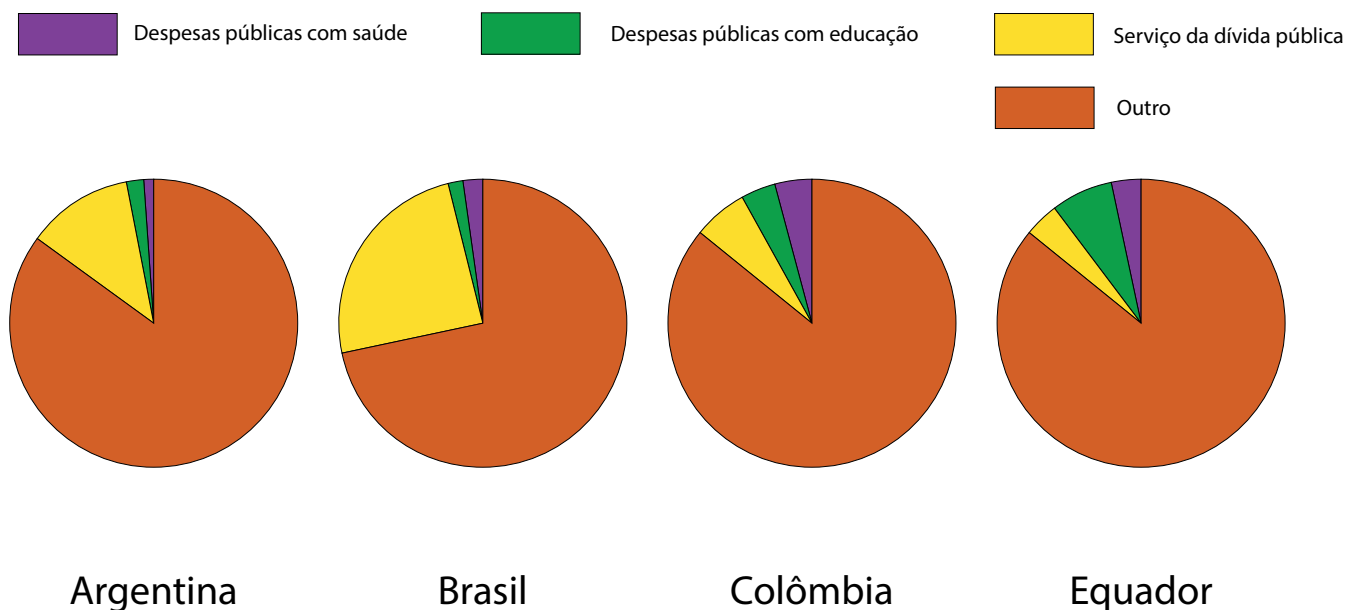
	Percentagem do PIB			Percentagem do orçamento		
	Serviço da dívida pública	Despesas públicas com educação	Despesas públicas com saúde	Serviço da dívida pública	Despesas públicas com educação	Despesas públicas com saúde
Argentina	12	2	1	43,8	7,4	3,6
Brasil	24,5	1,7	2,1	47,2	3,2	4
Colômbia	6,2	3,8	4,1	23,2	14	15,4
Equador	3,7	7,1	3,1	8,3	15,9	6,8

25 : Fonte: base de dados do Banco Mundial. Definição das categorias na nota de rodapé da página 21.

26 : Base de dados do Banco Mundial. Os valores da ajuda ao desenvolvimento incluem as transferências da ajuda oficial. Os valores relativos ao repatriamento dos lucros das multinacionais referem-se à rubrica Pagamentos a Título de Rendimentos da Balança de Contas Correntes.

27 : Fonte: base de dados do Banco Mundial. A estrutura das exportações dos países com uma ou várias organizações membro do CADTM é calculada com base na média da participação de cada categoria de exportação de cada um dos países.

28 : Fonte: Os dados referentes ao governo central da Argentina provêm do orçamento geral da nação para 2012: <http://www.mecon.gov.ar/onp/html/presupresumen/resum12.pdf>; Os dados relativos ao governo central do Brasil são extraídos da auditoria cidadã da dívida <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Numerosdivida.pdf>; os dados referentes ao governo nacional da Colômbia são extraídos do orçamento geral da nação para 2012 <http://www.minhacienda.gov.co/portal/page/portal/HomeMinhacienda/presupuestogeneraldelanacion/LeyPresupuestalPGN/2012/ley1485%2014%2012%202011.pdf>



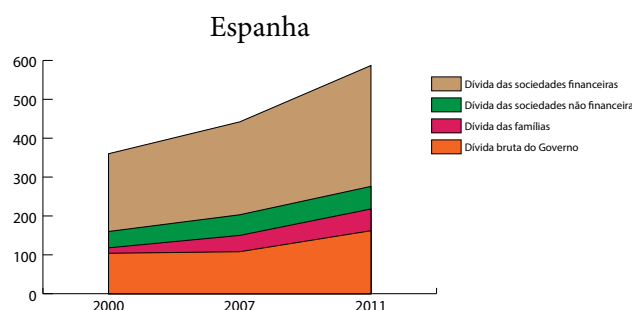
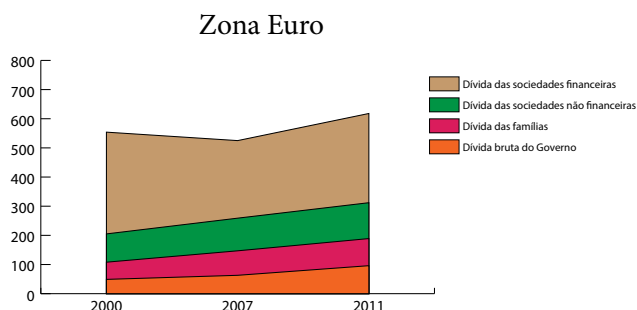
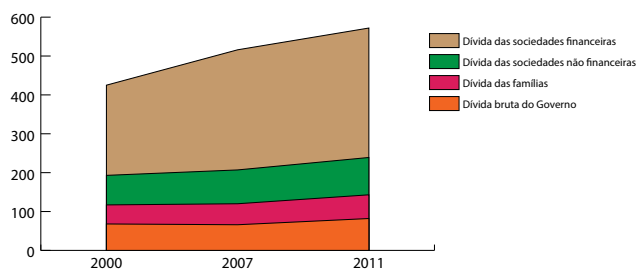
9. Números da dívida na Europa

9.1 Dívida pública e privada na Europa

Quadro 24 – Dívida por sectores em percentagem do PIB²⁹

	2000	2007	2011
Zona Euro			
Dívida bruta do Governo	68	66	82
Dívida das famílias	49	54	61
Dívida das sociedades não financeiras	76	87	96
Dívida das sociedades financeiras	232	309	333
Espanha			
Dívida bruta do Governo	58	37	62
Dívida das famílias	46	83	81
Dívida das sociedades não financeiras	60	116	118
Dívida das sociedades financeiras	137	162	203
Portugal			
Dívida bruta do Governo	49	63	96
Dívida das famílias	59	84	93
Dívida das sociedades não financeiras	97	112	123
Dívida das sociedades financeiras	349	266	306
Grécia			
Dívida bruta do Governo	104	108	162
Dívida das famílias	14	42	56
Dívida das sociedades não financeiras	42	53	58
Dívida das sociedades financeiras	200	239	311

29 : Fonte: base de dados de pesquisa Morgan Stanley; http://www.ecb.int/stats/money/aggregates/bsheets/html/outstanding_amounts_index.en.html; <http://www.bankofgreece.gr/Pages/en/Statistics/monetary/nxi.aspx>



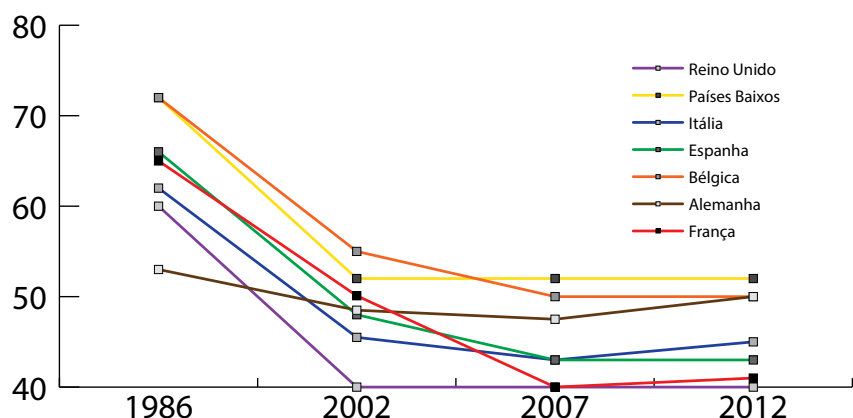
Contrariamente às afirmações dos governos europeus e da imprensa dominante, segundo as quais o Estado está demasiado endividado por não ter sido capaz de controlar as despesas sociais, o aumento da dívida pública de países como a Bélgica, a Irlanda, a França, a Itália deve-se essencialmente nos anos 2000 a três factores:

- insuficiência das receitas provenientes de impostos sobre os lucros das grandes empresas e sobre os rendimentos dos agregados familiares mais ricos. Esta insuficiência foi conscientemente levada a cabo através duma sucessão de reformas fiscais que favoreceram as grandes fortunas e as grandes empresas privadas em detrimento do colectivo. Daí resultou o aumento do endividamento público,
- os resgates bancários de 2008 e 2011 transformaram dívidas privadas colossais em dívidas públicas,
- os efeitos da crise provocada pelos bancos a partir de 2008 sobre o orçamento de Estado: menos receitas por um lado e por outro, mais despesas para limitar os danos sociais provocados pela crise.

9.2 Evolução da política fiscal na Europa

Quadro 25 – Taxa de imposto sobre os rendimentos mais elevados

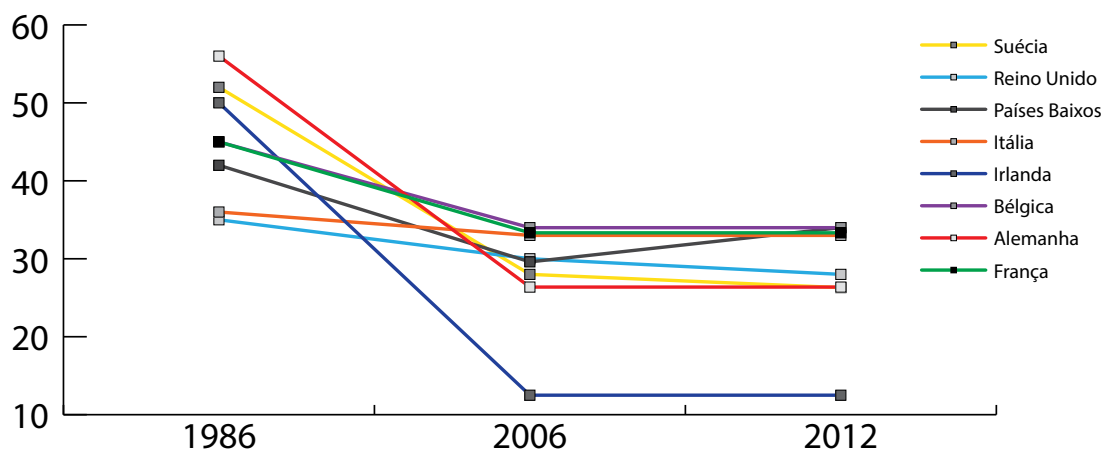
País	1986	2002	2007	2012
França	65%	50,1%	40%	41%
Alemanha	53%	48.5%	47.5%	50%
Bélgica	72%	55%	50%	50%
Espanha	66%	48%	43%	43%
Itália	62%	45,5%	43%	45%
Países Baixos	72%	52%	52%	52%
Reino Unido	60%	40%	40%	40%



Quadro 26 – Taxa de imposto sobre os lucros das sociedades

País	1986	2006	2012
França	45%	33,33%	33,33%
Alemanha	56%	26,37%	26,37%
Bélgica	45%	33,99%	33,99%
Irlanda	50%	12,50%	13%
Itália	36%	33%	33%
Países Baixos	42%	Entre 25,5 e 29,6%	29% ou 34%
Reino Unido	35%	30%	28%
Suécia	52%	28%	26,30%

20

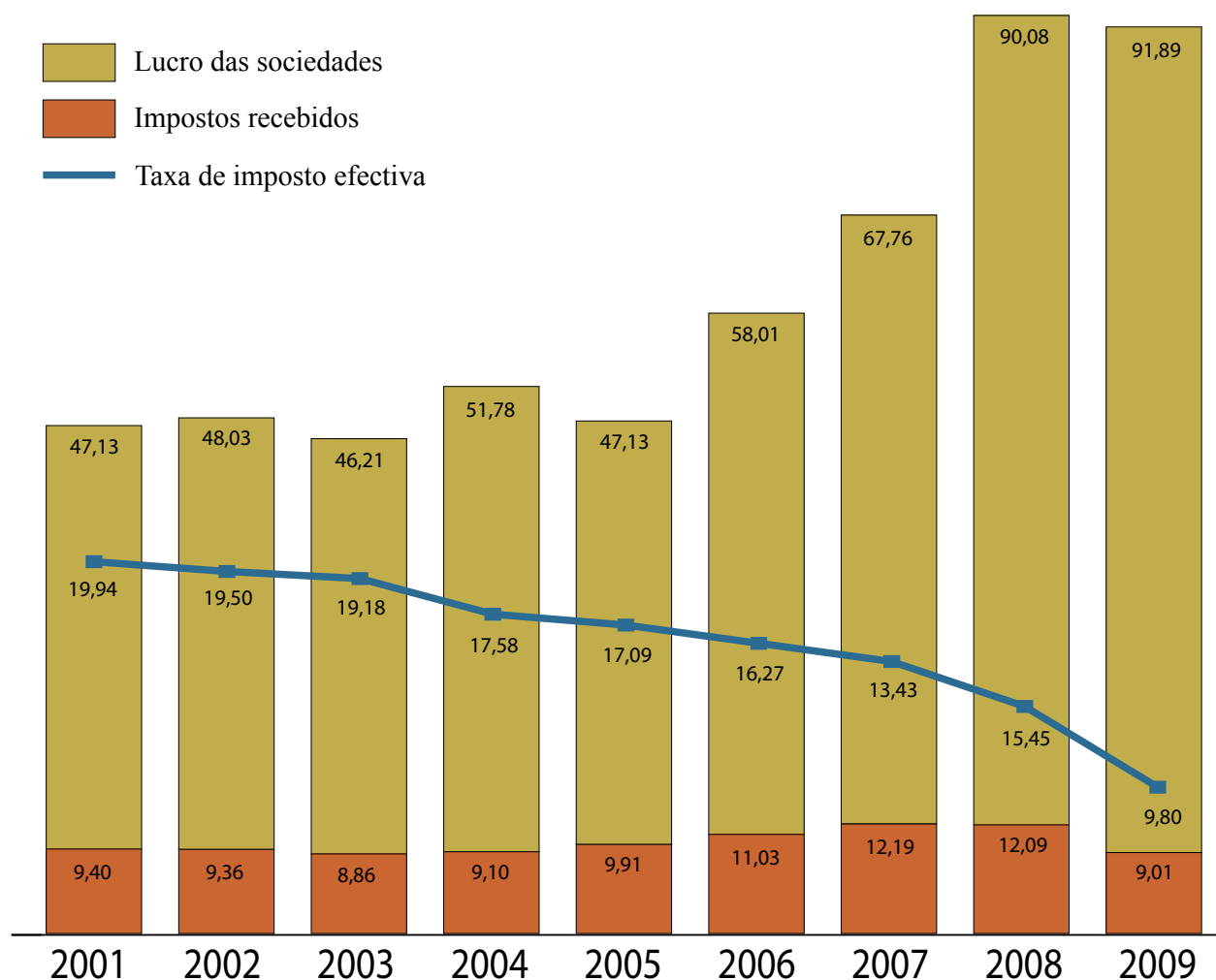


Em França, o imposto sobre os lucros das sociedades passou de 50 % antes de 1985 para 33 % desde 1993. Pior: a taxa real de tributação ronda os 22 %. A taxa real de tributação das empresas abrangidas no CAC 40 (índice da bolsa utilizado em França) é apenas de 8 %. Graças ao mecanismo de lucros mundiais consolidados, a Total não pagou o imposto sobre as sociedades em 2010, embora este gigante petrolífero tenha gerado um lucro de 10 000 milhões de euros e distribuído metade desse valor aos accionistas. Na Bélgica, as 1000 empresas que declararam maiores lucros em 2010 pagaram um imposto que representa apenas 5,73 % dos lucros declarados, embora a taxa de tributação legal seja de 33,99 %. Em 2011, as 500 empresas com maiores lucros foram taxadas em média... a 5,44 %. O grupo AB InBev (a maior multinacional de produção cervejeira) declarou na Bélgica um lucro de 18 500 milhões de euros e não pagou impostos.

Quadro 27 / Bélgica: evolução dos lucros declarados e dos impostos efectivamente pagos na Bélgica pelas empresas privadas entre 2001 e 2009

	Impostos Recebidos (em M \$)	Lucro das sociedades (em M \$)	Taxa de imposto efectiva (%)
2001	9 400	47 130	20
2002	9 360	48 030	20
2003	8 860	46 210	19
2004	9 100	51 780	18
2005	9 910	47 130	17
2006	11 030	58 010	16
2007	12 190	67 760	15
2008	12 090	90 080	13
2009	9 010	91 890	10

Os lucros das empresas privadas aumentaram mas os impostos diminuíram :

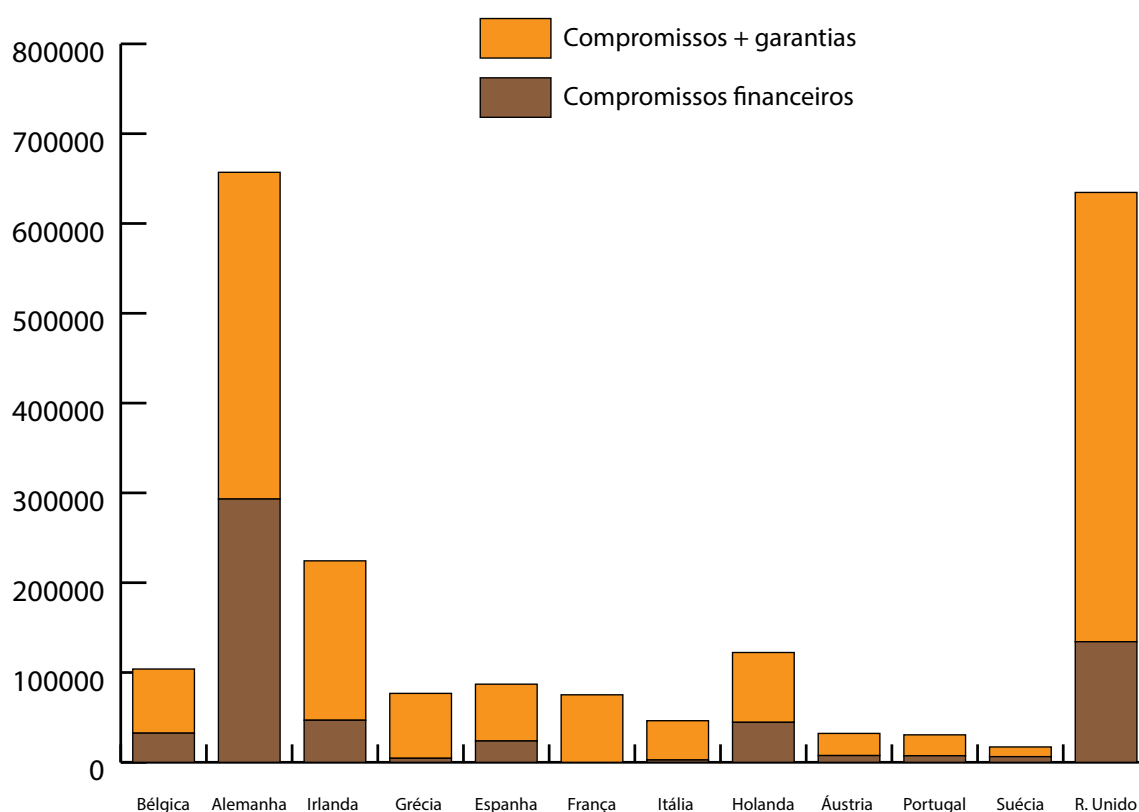


9.3 O custo dos resgates bancários na Europa

Quadro 28 – Custo dos resgates bancários na Europa, dívida emitida até 2011, em M €³⁰

País	Compromissos financeiros contraídos pelos governos	Compromissos + garantias
Bélgica	32 461	71 420
Alemanha	293 158	363 838
Irlanda	46 851	177 496
Grécia	4 474	72 275
Espanha	23 742	63 259
França	–	75 172
Itália	2 600	43 715
Países Baixos	44 512	77 772
Áustria	7 514	24 664
Portugal	7 294	23 294
Suécia	6 296	10 813
Reino Unido	134 284	500 295
Total UE-27	603 186	1 504 013

22



30 : Números de 2007-2011. Fonte: Comissão Europeia, DG dos Assuntos Económicos e Financeiros, outubro de 2012, http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/government_finance_statistics/excessive_deficit/supplementary_tables_financial_turmoil. Estes valores não incluem nem os planos de ajustamento nem os financiamentos do BCE (Banco Central Europeu). Os valores referem-se à dívida emitida para financiar os resgates de entidades financeiras e, como tal, não integram as injeções de capital ou compra de ações ou activos por parte dos governos. Os dados da Espanha não incluem o Fundo de Reestruturação Ordenada do Sector Bancário (FROB).

Quadro 29 – Perdas e lucros dos bancos privados da União Europeia³¹

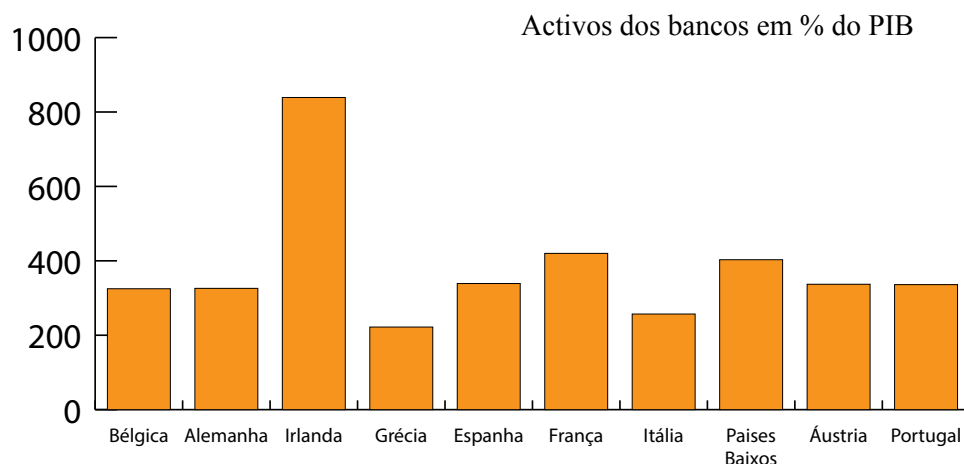
	Bancos privados da União Europeia (em M €)
2011	-12 400
2010	70 700
2009	18 000
2008	-42 000
2007	54 800
Total 2007-2011	89 100

9.4 O sistema financeiro e as economias nacionais

Quadro 30 – O peso dos bancos nas economias nacionais, em M €³²

País	Activos dos bancos em 2000	Activos dos bancos em 2011	Activos em % do PIB em 2000	Activos em % do PIB em 2011
Bélgica	699 604 000	1 198 379 000	277	325
Alemanha	6 083 875 000	8 393 478 000	295	326
Irlanda	418 019 000	1 312 761 000	399	839
Grécia	207 247 000	476 872 000	150	222
Espanha	1 152 691 000	3 643 070 000	183	339
França	3 736 618 000	8 391 531 000	259	420
Itália	1 718 201 000	4 065 036 000	150	257
Países Baixos	1 148 942 000	2 428 741 000	275	403
Áustria	527 933 000	1 010 385 000	253	337
Portugal	277 140 000	573 678 000	218	336
Total UE-27	22 600 000 000	46 300 000 000	245	367

23



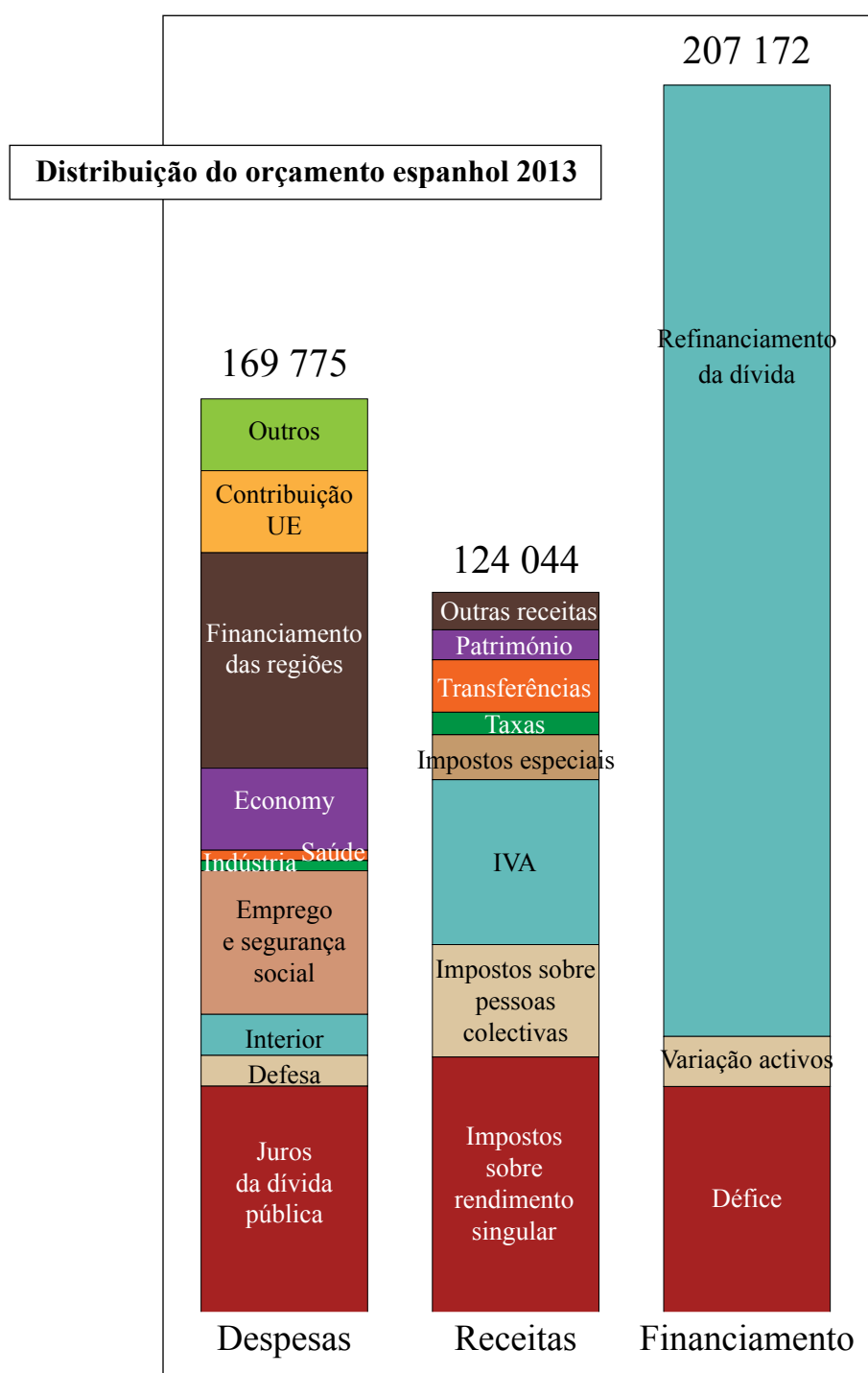
31 : Fontes: BCE, Statistical Data Warehouse http://sdw.ecb.europa.eu/quickview.do?SERIES_KEY=231.CBD.A.V1.11.A.25000.X.4.Z5.0000.Z01.E – para os lucros dos bancos, e http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/government_finance_statistics/excessive_deficit/supplementary_tables_financial_turmoil.

32 : Fonte: Federação Europeia do Sector Bancário, <http://www.ebf-fbe.eu/index.php?page=statistics>

9.5 O reembolso da dívida e o orçamento de Estado

Quadro 31 – Impacto da crise no orçamento espanhol³³

Espanha	Milhões de euros			Porcentagem do orçamento		
	Juros da dívida pública	Despesas públicas com a educação	Despesas públicas com a saúde	Juros da dívida pública	Despesas públicas com a educação	Despesas públicas com a saúde
2008	16 609	11 232	4 433	5,30%	3,60%	1,40%
2009	17 100	12 920	4 622	5,20%	3,90%	1,40%
2010	23 200	6 362	4 633	6,60%	1,80%	1,30%
2011	27 400	7 770	4 254	8,70%	2,50%	1,30%
2012	28 848	2 220	3 974	9,30%	0,70%	1,30%



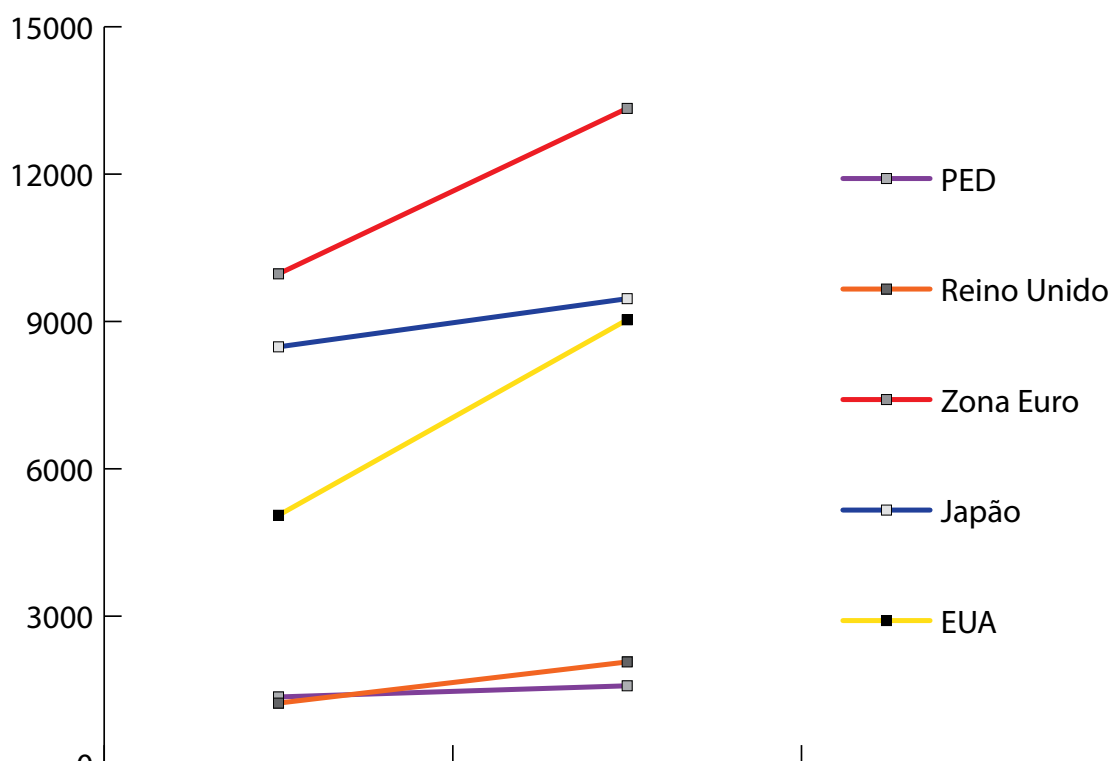
O gráfico resume o orçamento provisório espanhol para 2013. Vemos que as despesas de educação e de saúde estão em nítida redução, a tal ponto que não atingem valores significativos (primeira coluna). Como nos orçamentos dos anos anteriores, o projecto de orçamento para 2013 apresenta um défice significativo. Este défice será financiado pela emissão de dívida pública num montante considerável, como indica a coluna 3 na parte de refinanciamento da dívida com prazo de maturidade em 2013. Se adicionarmos o item dos juros da dívida (coluna 1) ao item do refinanciamento das dívidas (coluna 3), o serviço da dívida espanhola para o ano de 2013 é ligeiramente superior a 60% do orçamento de despesas.

33 : Fonte: Ministério espanhol das Finanças e da Administração Pública <http://www.minhap.gob.es/es-ES/Estadistica%20e%20Informes/Presupuesto%20y%20cuentas%20publicas/Paginas/presupuesto.aspx>. Cálculos realizados por Ives Julien.

10. A dívida explode no Norte e aumenta no Sul

Quadro 32 – Dívida pública no Norte e no Sul 2010³⁴

<i>Em M \$</i>	2007	2010
Dívida pública dos EUA	5 054 000	9 034 000
Dívida pública do Japão	8 483 000	9 464 000
Dívida pública da zona euro	9 969 000	13 338 000
Dívida pública do Reino Unido	1 230 000	2 068 000
Dívida externa pública dos PED	1 355 000	1 647 000



25

10.1 Dívida de países do Norte e das regiões do Sul com que aqueles têm laços privilegiados

Quadro 33 – Dívida no Norte e no Sul (continuação)³⁵

<i>Valores para 2010</i>	Em M \$
Dívida externa pública de todos os países em desenvolvimento	1 647 000
Dívida pública do Estado na França	2 197 000
Dívida pública do Estado em Espanha	939 000
Dívida externa pública da África Subariana	149 000
Dívida pública do Estado nos EUA	9 034 000
Dívida externa pública da América Latina e Caraíbas	460 000
Dívida externa pública da Ásia Meridional e Oriental	512 000

34 : SFonte: OCDE, Eurostat, base de dados do Banco Mundial. Os valores dos países da OCDE, dos EUA, do Japão e do Reino Unido referem-se à dívida do governo central, excluindo a dívida pública a outros níveis de governo e a dívida da segurança social. O número da dívida pública da zona euro refere-se a 2011 e foi convertida em dólares à taxa de câmbio em vigor de 1,28.

35 : Fonte: OCDE, Eurostat, base de dados do Banco Mundial. Os valores dos países da OCDE, dos EUA, do Japão e do Reino Unido referem-se à dívida do governo central, excluindo a dívida pública a outros níveis de governo e a dívida da segurança social. O número da dívida pública da zona euro refere-se a 2011 e foi convertida em dólares à taxa de câmbio em vigor de 1,28.

10.2 Alguns números esclarecedores

Quadro 34

Despesas anuais mundiais em publicidade (prev. 2012)	470 000 M\$
Despesas militares anuais a nível mundial (2011)	1 740 000 M\$
Serviço da dívida externa pública dos PED (2010)	184 000 M\$
Custo da evasão fiscal para os PED (2011)	400 000 M\$
Rendimento dos bancos de negócio, como o Goldman Sachs (2012)	240 000 M\$
Despesas anuais mundiais na compra de drogas ilegais (2011)	400 000 M\$
Despesas anuais mundiais para alimentar cães e gatos domésticos (2012)	67 000 M\$
Quantias mobilizadas pelo programa alimentar mundial das Nações Unidas em 2010	3 500 M\$
Orçamento total de Estado na RD do Congo, 74 milhões de habitantes (2012)	8 000 M\$
Bónus distribuídos pelo Goldman Sachs (2011)	12 000 M\$
Bónus distribuídos na City de Londres (2011)	21 000 M\$
Remunerações e bónus distribuídos pelos 5 maiores bancos norte-americanos (2010)	119 000 M\$

10.3 Os depósitos dos ricos dos PED nos bancos do Norte

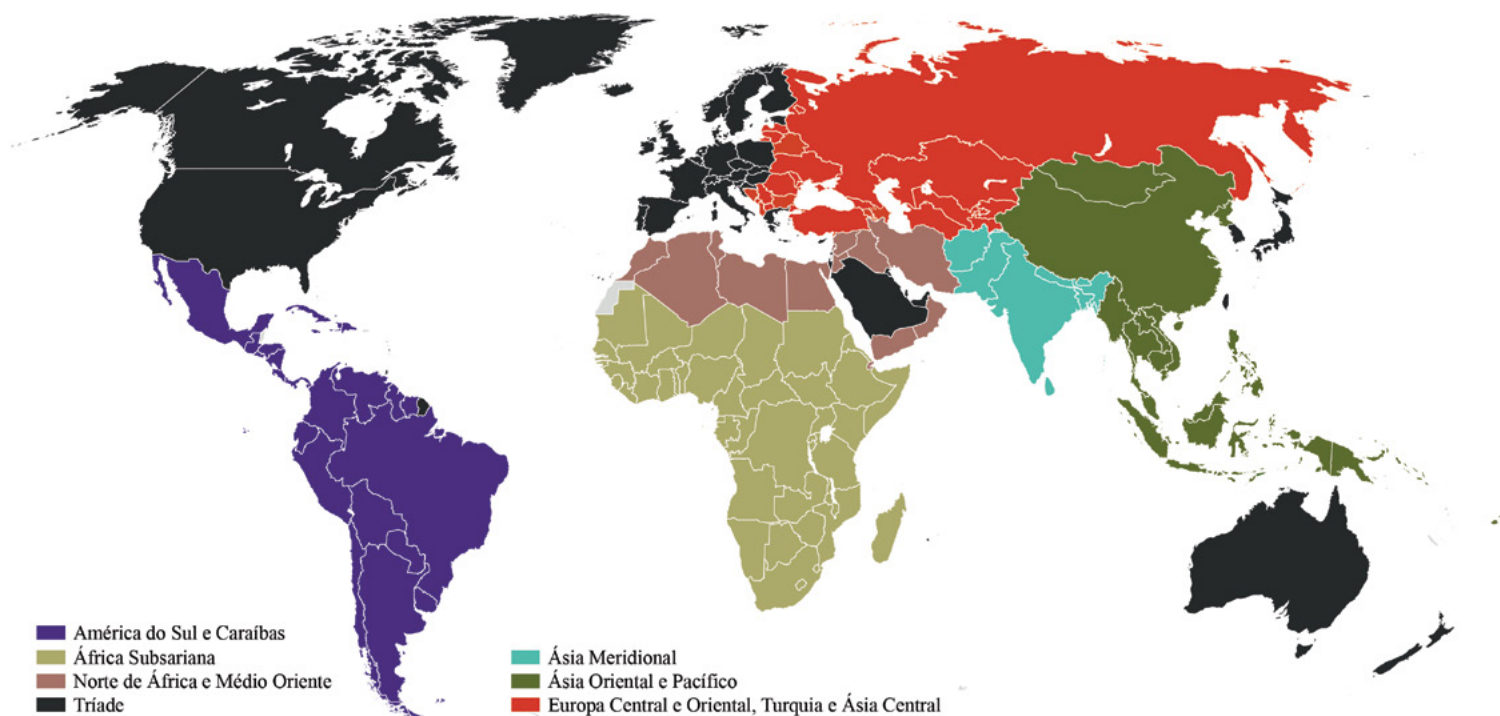
Quadro 35 – Dívidas do Sul, empréstimos dos bancos do Norte aos Estados do Sul e depósitos dos ricos dos PED no Norte³⁶

<i>Em M \$</i>	Dívida exterior pública em 2010	Depósitos dos ricos dos PED nos bancos do Norte em 2007
América Latina e Caraíbas	457 000	490 000
Médio Oriente e Norte de África	114 000	360 000
África Subsariana	143 000	230 000
Ásia Meridional	194 000	190 000
Ásia Oriental e Pacífico	306 000	450 000
PECOT e Ásia Central	367 000	660 000
Total	1 582 000	2 380 000

Os bancos do Norte emprestam aos poderes públicos do Sul uma ínfima parte do que os ricos do Sul depositam nos seus cofres.

BENS MAL ADQUIRIDOS ENTREGUES PELA SUÍÇA AOS PED (NIGÉRIA, FILIPINAS, PERU, ETC.): 1 600 M \$.

27



36 : Banco Mundial, Dívida Externa Pública. Cálculo dos autores com base nos dados relativos aos depósitos dos ricos, dados disponibilizados pelo BRI.

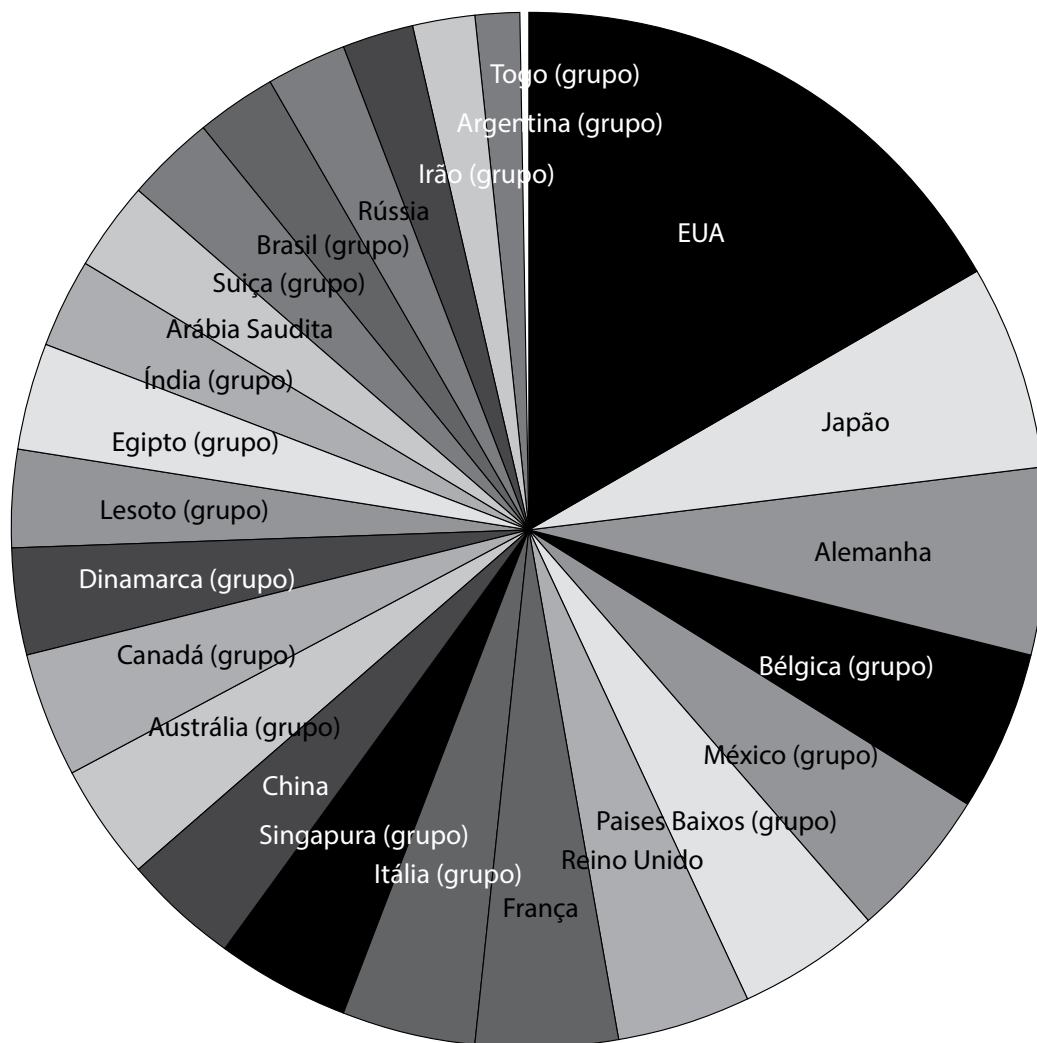
11. Os números do FMI

11.1 Os direitos de voto no FMI

Quadro 36 – Repartição dos direitos de voto pelos administradores do FMI em 07/2012

País	%	Grupo presidido por	%	Grupo presidido por	%
EUA	16,75	Bélgica	4,97	Singapura	3,93
Japão	6,23	Países Baixos	4,52	Egipto	3,18
Alemanha	5,81	México	4,64	Lesoto	3,22
França	4,29	Itália	4,26	Brasil	2,5
Reino Unido	4,29	Canadá	3,6	Índia	2,81
China	3,81	Dinamarca	3,4	Irão	2,26
Arábia Saudita	2,8	Austrália	3,62	Argentina	1,84
Rússia	2,39	Suíça	2,77	Togo	1,55

[Guiné, Madagáscar, Somália e Sudão do Sul não tomaram parte na votação.]



11.2 Comparação dos direitos de voto dos diferentes países

Quadro 37 – Comparação dos direitos de voto

País ou grupo	População em 2010 (em milhões)	Direitos de voto no FMI (%)
China	1354	3,81
Índia	1215	2,81
EUA	318	16,75
Grupo presidido pelo Togo	233	1,55
Rússia	140	2,39
Japão	127	6,23
França	63	4,29
Arábia Saudita	26	2,8
Bélgica	11	1,86
Suíça	8	1,4
Luxemburgo	0,5	0,2

29

11.3 Evolução dos direitos de voto desde 1945

Quadro 38 – Evolução histórica dos direitos de voto

Países	1945	1981	2000
Países industrializados, nomeadamente:	67,5	60	63,7
EUA	32	20	17,7
Japão	-	4	6,3
Alemanha	-	5,1	6,2
França	5,9	4,6	5,1
Reino Unido	15,3	7	5,1
Países produtores de petróleo, nomeadamente:	1,4	9,3	7
Arábia Saudita	-	3,5	3,3
PED, nomeadamente:	31,1	30,7	29,3
Rússia	-	-	2,8
China	7,2	3	2,2
Índia	5	2,8	2
Brasil	2	1,6	1,4

12. O Banco Mundial

12.1 Os direitos de voto no Banco Mundial

Quadro 39 – Repartição dos direitos de voto pelos administradores do BM em 07/2012

País	%	Grupo presidido por	%	Grupo presidido por	%
EUA	15,64	Áustria	4,83	Brasil	3,47
Japão	9,21	Países Baixos	4,27	Índia	3,43
Alemanha	4,61	Espanha	4,37	Paquistão	2,99
França	4,12	Canadá	4,1	Koweit	2,83
Reino Unido	4,12	Itália	3,26	Indonésia	2,45
China	3,3	Nova Zelândia	3,73	Argentina	2,18
Arábia Saudita	2,52	Suécia	3,48	África do Sul	1,73
Rússia	2,52	Suíça	3,16	São Tomé e Príncipe	1,87
				Sudão	1,81

[Guiné, Madagáscar e Somália não tomaram parte na votação.]

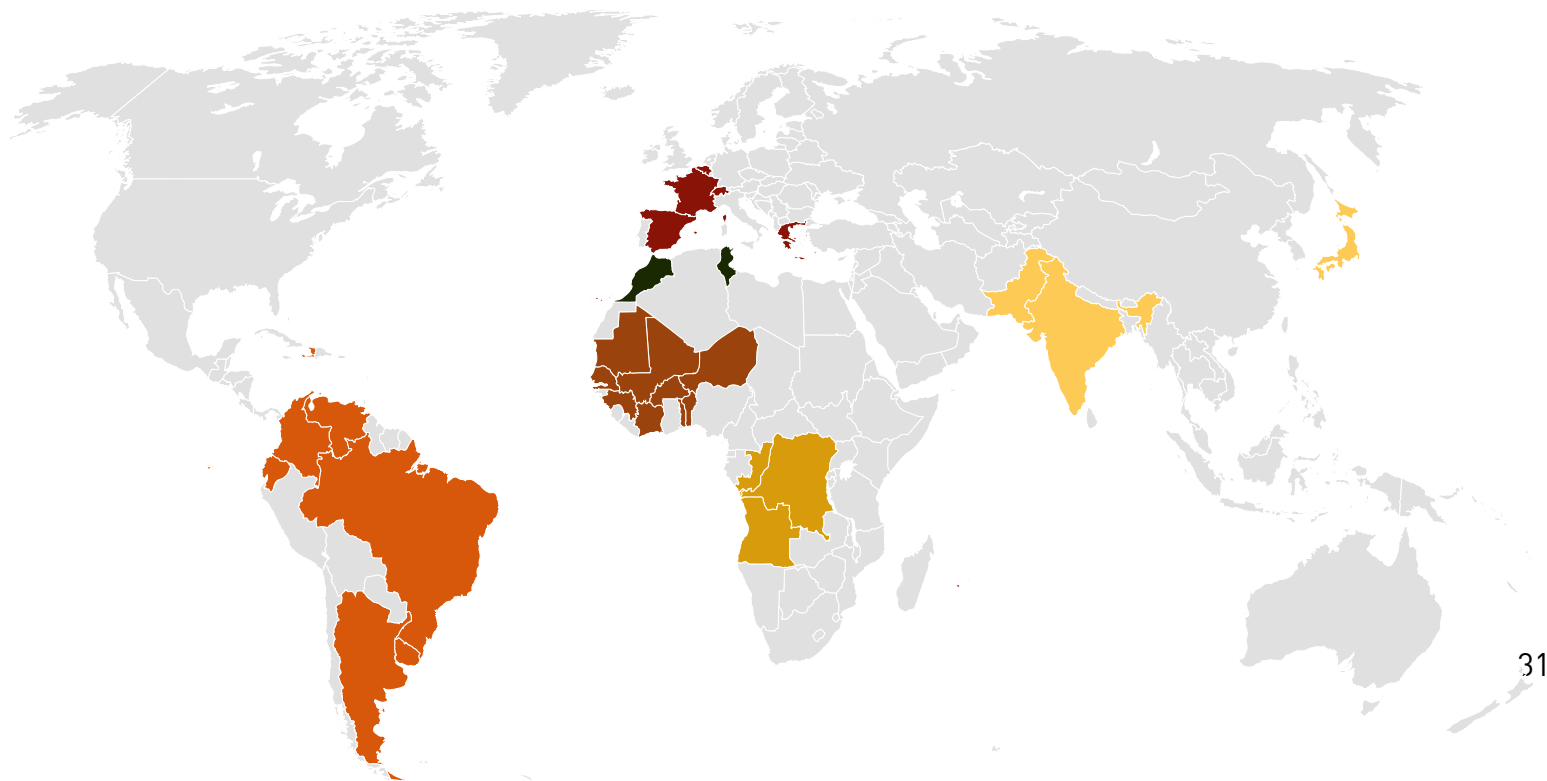
30

12.2 Comparação dos direitos de voto de alguns países no Banco Mundial

Quadro 40 – Comparação dos direitos de voto

Countries or group	População em 2010 (em milhões)	Direitos de voto no BIRD (%)
China	1354	3,30
Índia	1215	3,43
EUA	318	15,64
Grupo presidido por São Tomé	223	1,87
Rússia	140	2,52
Japão	127	9,21
França	63	4,12
Arábia Saudita	26	2,52
Bélgica	11	1,63
Suíça	8	1,61
Luxemburgo	0,5	0,12

PAÍSES MEMBROS DA REDE CADTM



31

Os autores agradecem a ajuda prestada por Olivier Chantry, Yves Julien, Virginie de Romanet, Pauline Imbach e pelos membros do grupo de trabalho do CADTM sobre a dívida pública.

*Para mais informações, pode consultar as publicações do CADTM:
65 perguntas, 65 respostas sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial, por Damien Millet e Éric Toussaint*

La Deuda O La Vida
por Damien Millet e Éric Toussaint

E, claro está, o site do CADTM: www.cadtm.org



OS NÚMEROS DA DÍVIDA 2012

Damien Millet, Daniel Munevar & Éric Toussaint
CADTM - Comité para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo

Damien Millet é professor de matemática no vestibular das cadeiras científicas em Orleães, França, e porta-voz do CADTM França.

Daniel Munevar é economista, membro da coordenadora do CADTM para a América Latina.

Éric Toussaint é doutorado em ciências políticas, presidente do CADTM Bélgica e membro do conselho científico da ATTAC França.

Traduzido por **Rui Viana Pereira** e **Noemie Josse**.

Paginação e concepção gráfica de **Pierre Gottiniaux**, responsável de comunicação para o CADTM Bélgica.



Comité para a Anulação da
Dívida do Terceiro Mundo